

do Tesouro.

boa negociação com nossos credores.

Alívio: mais dólares na caixa

O País já conseguiu recompor 8,4 bilhões de dólares em reservas. O que dá mais fôlego para uma

O Brasil tem um bom trunfo para as próximas negociações com o FMI e os bancos credores, garante o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber: as reservas cambiais do País vêm subindo gradativamente e já chegam a US\$ 8,4 bilhões, o que dá aos negociadores brasileiros boa margem para as conversas sobre um novo acordo. Ontem, depois de se reunir com o ministro Francisco Dornelles, Lemgruber informou que as reservas subiram de US\$ 7,7 bilhões em abril para US\$ 8,2 bilhões ao final de maio. E continuam subindo.

O presidente do Banco Central explicou que as reservas cambiais estão subindo por causa da tendência dos exportadores brasileiros de fecharem antecipadamente suas operações de câmbio relativas aos contratos de exportação. Lemgruber observou que essa tendência está existindo porque a desvalorização cambial está abaixo das taxas de juros do mercado interno, ou seja, os exportadores estão sendo atraídos a converterem seus dólares em cruzeiros, para posterior aplicação no mercado financeiro, que está com boas taxas de remuneração.

Sobre a possibilidade das reservas crescerem ainda mais até o final do mês, o presidente do BC afirmou: "Ficaria muito contente se junho fechasse com os US\$ 8,4 bilhões, algo que estava previsto para acontecer apenas daqui a uns quinze dias".

Dívida

Sobre a necessidade de o País reduzir o pagamento dos juros sobre a sua dívida externa — que este ano alcançou US\$ 10,9 bilhões —, Lemgruber disse apenas que todas as possibilidades de negociações com os bancos credores estão em aberto, até mesmo a de redução do pagamento dos juros. Mas mesmo assim o presidente do Banco Central não achou interessante o Brasil colocar sobre a mesa de discussão, agora, a posição de redução destes a pagamentos ainda este ano.

Essa proposta vem sendo constantemente defendida por setores do governo, principalmente por parlamentares. Ontem mesmo, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, durante almoço com o ministro Francisco Dornelles, defendeu a redução em um terço do pagamento dos juros sobre a dívida ainda este ano. "Fazer essa proposta agora poderia significar a perda de uma boa posição de negociação frente aos bancos credores", afirmou Lemgruber.

O presidente do BC acha que o atual nível de reservas cambiais e as boas perspectivas da balança comercial criam condições favoráveis para a negociação e posterior elaboração de um acordo de 16 anos com os bancos. Lemgruber acha que a proposta de redução do pagamento dos juros para este ano "colocaria a perder esta possibilidade".

A missão do FMI que retornou a Washington no último dia 14 deverá voltar ao Brasil no dia 8 de julho, para a segunda fase de renegociações sobre um acordo de 18 meses. Como as negociações poderão prosseguir até setembro — dependendo do grau de divergências entre o governo e o Fundo sobre o ajuste do déficit público —, o acordo, que inicialmente deveria se estender de julho de 1985 a dezembro de 1986, poderá chegar a 1987, hipótese já bastante provável.

Durante os 15 dias de negociações, desde quando a missão desembarcou no País em 27 de maio, as discussões não foram bas-

tante produtivas, não dando tempo para análise dos números da economia para 1986. Nem se chegou a um denominador comum sobre o déficit do setor público (incluindo a União, as estatais, a Previdência Social, Estados e Municípios) para o resto deste ano.

Entretanto, o governo brasileiro garante que tem fôlego suficiente para concluir o acordo com o FMI até 31 de agosto, uma vez que os bancos credores concordaram em prorrogar por mais 90 dias o prazo que venceria em 31 de maio para vigorarem os termos acordados na fase 2 da renegociação. Informa-se ainda que não há problema com as linhas de crédito dos bancos para o comércio exterior brasileiro (exportações e importações), pois o País dispõe de US\$ 5,5 bilhões para essas operações.

Para as linhas de crédito interbancário, existe um fluxo garantido de US\$ 10 bilhões. Esses fluxos de recursos para os negócios brasileiros no Exterior foram garantidos em 27 de janeiro de 1984, quando o governo anterior assinou o "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões com os bancos e os financiamentos previstos nos projetos 2, 3 e 4.

As discussões com a missão do Fundo se prenderam mais às medidas que seriam tomadas pelo governo para cobrir um déficit público potencial de Cr\$ 104,8 trilhões em 1985. A expansão da base monetária (emissão primária de papel-moeda) tem duas alternativas em discussão: um acréscimo de 150%, desejado pelo FMI, contribuiria com Cr\$ 22,5 trilhões para a cobertura do déficit; e um acréscimo de 180%, ajudaria em Cr\$ 27 trilhões. Para a primeira hipótese, restariam ainda Cr\$ 78 trilhões para serem cobertos; pela segunda, Cr\$ 73 trilhões.

Ainda quanto ao déficit, várias são as alternativas tentadas pelo governo. A primeira é cortar gastos, já definidos Cr\$ 4,4 trilhões no orçamento da União; aumentar receitas, através da antecipação da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, na saída, já foi estabelecido um atraso de 45 dias na liberação das cotas orçamentárias dos ministérios, o que significa adiamento da compra de material e atraso no pagamento a fornecedores.